

Acta N.º <b>06/2011</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL****ACTA N.º 06/2011 DE 03 DE MARÇO**

----- Aos três dias do mês de Março do ano de dois mil e onze, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a sexta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Manuel Marques Custódio, Dr. Avantino Loureiro Beleza e Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Ribeiro Santos, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pelo Assistente Técnico, Vítor Manuel Ferreira Marques. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quinze minutos minutos, e verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

**----- INFORMAÇÕES -----****----- a) Lusitânia – Agência de Desenvolvimento Regional. -----**

----- O Sr. Presidente deu conhecimento ao Executivo do teor da resposta desta Câmara Municipal ao Sr. Deputado Hélder Amaral do CDS-PP, relativamente às questões colocadas sobre a Lusitânia, veiculadas por ofício da Assembleia da República. -----

**----- b) Comemorações do Feriado Municipal de 2 de Março. -----**

----- O Sr. Presidente agradeceu a presença da maioria da Vereação nas comemorações do Feriado Municipal de 2 de Março e referiu a forma como decorreu o evento. -----

----- A este propósito o Sr. Vereador Avantino Beleza entendeu endereçar um voto de congratulação na actuação do Sr. Presidente da Câmara, pelo facto de ter o cuidado e a diplomacia de convidar todos aqueles que tiveram responsabilidades nesta Autarquia, bem como as forças vivas do Município. Referiu-se ainda ao discurso do Sr. Presidente da Câmara, e acerca da falada reforma administrativa, envolvendo a fusão de freguesias e de municípios, a coragem do Sr. Presidente em colocar à reflexão a possibilidade de alargamento da área territorial do Município, com a integração de freguesias cujas populações fazem a sua vida quotidiana neste Município do que nos municípios em que estão integradas. É necessário, de facto, todos reflectirem seriamente na possibilidade de alargamento do concelho, e é também necessário não ter medo de falar sobre estas questões. Lamenta que algumas autarquias estejam já a actuar sobre estas matérias, como é o caso da

fusão de freguesias no concelho de Lisboa, sem uma adequada reflexão sobre estas questões. -----

----- **c) Empreitada de “Construção do Parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva”.** -----

----- O Sr. Presidente informou que a entidade gestora do POVT, co-financiadora da obra, ter colocado problemas quanto ao financiamento da obra por se ter procedido à supressão de trabalhos, não elegíveis, da mesma, conforme oportunamente autorizado pela Câmara Municipal, pretendendo, por esse facto, reduzir o respectivo financiamento em vinte e cinco por cento. Na sequência da defesa produzida pelos serviços da Divisão de Administração e Finanças no âmbito da audiência prévia, e após deslocação a Lisboa, acompanhado do chefe da Divisão de Obras Municipais, a reunião com responsáveis daquele POVT, foi aceite a defesa produzida, não havendo assim lugar a qualquer redução do financiamento. -----

----- **PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

----- Antes de se iniciar a análise da ordem do dia o Sr. Presidente propôs a inserção na ordem de trabalhos dos assuntos a seguir indicados, o que foi aceite por unanimidade pela Vereação. -----

----- **a) Execução da empreitada de “Beneficiação do Caminho Agrícola do Barreiro (Ligação Alhais/Touro/Póvoa) – Procedimento de Concurso Público – Relatório Final do Júri do Procedimento datado de 25 de Fevereiro de 2011.** -----

----- Foi presente à reunião o Relatório Final do Júri do Procedimento do concurso público em epígrafe, datado de 25 de Fevereiro de 2011, no qual o Júri delibera propor que a Empreitada de “Beneficiação do Caminho Agrícola do Barreiro (Ligação Alhais/Touro/Póvoa)” seja adjudicada ao concorrente classificado em primeiro lugar, firma Irmãos Guimarães, Lda, pelo preço contratual de €197.242,20 (cento e noventa e sete mil, duzentos e quarenta e dois euros e vinte centimos), a que acresce o IVA no montante de € 11.834,53 (onze mil, oitocentos e trinta e quatro euros e cinquenta e três centimos), à taxa legal em vigor de 6%, o que totaliza €209.076,73 (duzentos e nove mil, setenta e seis euros e setenta e três centimos), para um prazo de execução de 90 (noventa) dias. -----

----- Face ao valor de adjudicação, deverá ser exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, a favor do Dono de Obra, o que equivale a € 9.862,11 (nove mil e oitocentos e sessenta e dois euros e onze centimos), cujo modo de prestação é o referido nos Anexos ao Programa de Concurso. -----

----- Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o adjudicatário tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5%. -----

Acta N.º <b>06/2011</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade concordar com o Relatório Final do Júri do Procedimento e adjudicar a empreitada de execução da obra à Firma Irmãos Guimarães, Lda, pelo preço contratual proposto, devendo ser presente à Câmara Municipal a minuta do contrato de empreitada após apresentação dos documentos de habilitação e caução, em boa forma. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se à análise da Ordem do Dia, oportunamente remetida à vereação nos termos legais: -----

----- **1 – Apreciação e votação do texto definitivo da acta da reunião ordinária do dia 17 de Fevereiro de 2011.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com abstenção dos Srs. Vereadores Manuel Custódio e Ana Cristina Santos por não terem estado presentes na referida reunião, aprovar o texto definitivo da acta. -----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **a) Empreitada de “Construção do Parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva” – Adjudicatário: Embeiral – Engenharia e Construção, S.A – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos normais N.º 07, no valor excluído o IVA, de €29.863,57 – Informação N.º A-18/2011 da DOM, de 30.01.2011.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

----- **b) Execução de “Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamentos A, B, C, D, E, F, G e H em Vila Nova de Paiva – Procedimento de Concurso Público – Relatório Final do Júri do Procedimento datado de 17 de Fevereiro de 2011.** -----

----- Foi presente à reunião o Relatório Final do Júri do Procedimento do concurso público em epígrafe, datado de 17 de Fevereiro de 2011, no qual o Júri delibera propor que a Empreitada de “Infra-estruturação e Pavimentação dos Arruamentos A, B, C, D, E, F, G e H em Vila Nova de Paiva” seja adjudicada ao concorrente classificado em primeiro lugar, firma EDIBEST – Engenharia e Construção, Lda, pelo preço contratual de €340.758,64 (trezentos e quarenta mil, setecentos e cinquenta e oito euros e sessenta e quatro cêntimos), a que acresce o IVA no montante de €20.445,52 (vinte mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos), à taxa legal em vigor de 6%, o que totaliza €361.204,16 (trezentos e sessenta e um mil, duzentos e quatro euros e dezasseis cêntimos), para um prazo de execução de 180 (cento e oitenta) dias. -----

----- Face ao valor de adjudicação, deverá ser exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, a favor do Dono de Obra, o que equivale a €

17.037,93 (dezassete mil e trinta e sete euros e noventa e três cêntimos), cujo modo de prestação é o referido nos Anexos ao Programa de Concurso. -----

----- Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o adjudicatário tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5%. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade concordar com o Relatório Final do Júri do Procedimento e adjudicar a empreitada de execução da obra à Firma EDIBEST – Engenharia e Construção, Lda, pelo preço contratual proposto, devendo ser presente à Câmara Municipal a minuta do contrato de empreitada após apresentação dos documentos de habilitação e caução, em boa forma. -----

----- **c) Informação sobre a Execução Física e Financeira da Empreitada de “Construção da Biblioteca Municipal de Vila Nova de Paiva”.** -----

----- O Sr. Presidente forneceu oportunamente à Vereação mapa com a situação reportada a 25 de Fevereiro da execução física e financeira da empreitada. -----

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza relativamente à verba já utilizada do empréstimo bancário da obra, questionou o Sr. Presidente sobre se de facto foi todo utilizado na obra. O Sr. Presidente informou que há uma parte do empréstimo que terá sido utilizada em outras obras municipais. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **d) Construção da nova Praça do Município e Auditório Municipal Carlos Paredes** – Aquisição e pagamento de terrenos à firma Quintas Roda da Quintã – Imobiliária, Lda. – Informação N.º 07/2011, da DAF, de 23.02.2011 – Proposta de deliberação do Sr. Presidente da Câmara datada de 26 de Fevereiro. -----

----- Foi presente à reunião uma proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 26 de Fevereiro, do seguinte teor integral: -----

----- “Considerando que:

-----a) *Para efeitos de construção da nova Praça do Município e Auditório Municipal Carlos Paredes em Vila Nova de Paiva, em 28 de Abril de 2003 foi celebrado entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva e a Sociedade Agrícola do Paiva, L.da, com sede em Vila Nova de Paiva, NIPC 500 484 732, um contrato-promessa de compra e venda de uma área de 3.771 m2, a desanexar dos seguintes cinco prédios rústicos sitos ao lugar do Campo na freguesia de Vila Nova de Paiva, preço de € 131.667,68 (cento e trinta e um mil, seiscentos e sessenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos) e cuja inscrição matricial foi entretanto alterada:*

----- *Prédio rústico com o artigo matricial 3.665, com área de 1.500 m2, que terá sucedido ao prédio rústico com o artigo 1.283;*

Acta N.º <b>06/2011</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

----- Prédio rústico com o artigo matricial 3.666, com área de 1.500 m<sup>2</sup>, que terá sucedido ao prédio rústico com o artigo 1.284;

----- Prédio rústico com o artigo matricial 3.667, com área de 1.500 m<sup>2</sup>, que terá sucedido ao prédio rústico com o artigo 1.285;

----- Prédio rústico com o artigo matricial 3.669, com área de 90 m<sup>2</sup>, que terá sucedido ao prédio rústico com o artigo 1.288;

----- Prédio rústico com o artigo matricial 3.668, com área de 504 m<sup>2</sup>, que terá sucedido ao prédio rústico com o artigo 1.268.

-----b) Aquele contrato-promessa terá sido celebrado tendo em vista possibilitar à Câmara Municipal a ocupação da área pretendida, em virtude do litígio judicial sobre a titularidade daqueles terrenos que opôs aquela sociedade a um particular, de que resultou sentença judicial, confirmada pela Relação, e recentemente transitada em julgado, conferindo a titularidade dos referidos prédios à Sociedade Agrícola do Paiva, L.da.

c) Entretanto, conforme consta da Certidão Permanente da sociedade subscrita via internet em 19 de Outubro de 2010 e válida até 19 de Outubro de 2011, em 28 de Abril de 2008 foram introduzidas alterações ao contrato da sociedade, sucedendo à firma Sociedade Agrícola do Paiva, L.da a firma QUINTAS RODA DA QUINTÃ – Imobiliária, L.da, NIPC 500 484 732, com sede na Quinta da Roda da Quintã, freguesia de Farminhão, do município de Viseu.

d) Por conversações havidas com representante da sociedade, foi verificado e confirmado que a área ocupada pela Câmara Municipal foi efectivamente de 3.609 m<sup>2</sup> e não de 3.771 m<sup>2</sup> como inicialmente constava na promessa de compra e venda, pelo que o respectivo preço foi rectificado, passando de € 131.667,68 (cento e trinta e um mil, seiscentos e sessenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos) para € 126.011,31 (cento e vinte e seis mil e onze euros e trinta e um cêntimos).

e) Na cláusula 4.ª do contrato-promessa de compra e venda, consta que ao preço estipulado acrescem os juros que aquela importância venceria "... calculados à taxa daqueles que seriam pagos pela Caixa Geral de Depósitos, desde a data de deliberação da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, tomada na reunião ordinária realizada no dia dezanove de Julho de 2001, até ao momento da celebração da escritura."

f) Nesta conformidade, para apuramento dos hipotéticos juros que seriam pagos pela Caixa Geral de Depósitos, por depósito à ordem, no período de 19.07.2001 a 31.12.2010, utilizou-se uma taxa anual, com arredondamento às milésimas, correspondente a 60% (sessenta por cento) da média anual das médias mensais das taxas EURIBOR a 1 ano (valor final do mês), constantes no portal de estatísticas do Banco de Portugal, pelo que ao preço acresce o valor, calculado por juro composto, de € 22.696,84 (vinte e dois mil,

seiscentos e noventa e seis euros e oitenta e quatro cêntimos), e que foi já aceite pelo representante da sociedade.

g) Assim, o preço total a pagar à sociedade *QUINTAS RODA DA QUINTÃ – Imobiliária, L.da*, que sucedeu à *Sociedade Agrícola do Paiva, L.da*, pela área ocupada de 3.609 m<sup>2</sup>, a desanexar dos prédios rústicos com os artigos 3.665, 3.666, 3.667, 3.669 e 3.668, será no montante de € 148.708,15 (cento e quarenta e oito mil, setecentos e oito euros e quinze cêntimos), correspondente ao preço inicial rectificado (€ 126.011,31) acrescido do valor correspondente aos hipotéticos juros de depósito à ordem (€ 22.696,84), e cuja aquisição se encontra prevista nas *Grandes Opções do Plano* em vigor no código 2/242/2003/46, acção 1.

h) Na sequência de conversações havidas com representante da sociedade, foi aceite a possibilidade de pagamento daquela importância em 30 (trinta) prestações mensais iguais e sucessivas, por transferência bancária, sendo a primeira no valor de € 4.957,18 e as demais vinte e nove no valor de € 4.956,93.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibere:

1.º) Autorizar a aquisição à sociedade *QUINTAS RODA DA QUINTÃ – Imobiliária, L.da*, da área de 3.609 m<sup>2</sup>, a desanexar dos prédios rústicos com os artigos 3.665, 3.666, 3.667, 3.669 e 3.668, sitos ao lugar do Campo na freguesia de Vila Nova de Paiva, pelo preço total de € 148.708,15 (cento e quarenta e oito mil, setecentos e oito euros e quinze cêntimos), mantendo-se em vigor a cláusula 5.ª do contrato promessa celebrado em 28 de Abril de 2003.

2.º) Aprove a minuta do contrato promessa anexa, autorizando que o pagamento daquela importância se efectue em 30 (trinta) prestações mensais iguais e sucessivas, com início no mês de Março de 2011, por transferência bancária para conta titulada por aquela sociedade, sendo a primeira no valor de € 4.957,18 (quatro mil, novecentos e cinquenta e sete euros e dezoito cêntimos) e as demais vinte e nove no valor, cada, de € 4.956,93 (quatro mil, novecentos e cinquenta e seis euros e noventa e três cêntimos), sendo outorgada a respectiva escritura ou contrato de compra e venda aquando do pagamento da última prestação.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente.

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

Acta N.º <b>06/2011</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

----- a) **Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada** no período compreendido entre o dia 16 de Janeiro e o dia 15 de Fevereiro de 2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- a) **Emissão de Certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia** – Lei n.º 37/2006, de 09 de Agosto – Alteração de Taxas introduzida pela Portaria n.º 1.334-D/2010, de 31 de Dezembro – informação n.º 6/DAF/2011 de 18.02. – Proposta de deliberação do Sr. Presidente da Câmara de 26 de Fevereiro. -----

----- Foi presente à reunião uma proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 26 de Fevereiro de 2011, do seguinte teor integral: -----

----- “ *Considerando que:*

----- a) *A Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto, regula o exercício do direito de livre circulação e residência de cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no território nacional, cuja estada no território nacional, desde que se prolongue por período superior a três meses, obriga a efectuar o registo que formaliza o seu direito de residência no prazo de 30 dias após decorridos três meses da entrada no território nacional;*

----- b) *O registo deverá ser efectuado na câmara municipal da área de residência, sendo emitido um certificado de registo conforme modelo constante do Anexo I à Portaria n.º 1.334-D/2010, de 31 de Dezembro, entrada em vigor em 30 de Janeiro de 2011, que revogou a portaria n.º 1.637/2006 publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 200, de 17 de Outubro de 2006, sendo válido por cinco anos a contar da data da sua emissão ou para o período previsto de residência do cidadão da União, se este período for inferior a cinco anos, estando igualmente previsto a emissão de certificado de registo ao cidadão da União que resida na qualidade de familiar;*

----- c) *Pela emissão do certificado de registo a Câmara Municipal tem direito a cobrar taxas aos cidadãos da União Europeia que requeiram o referido registo, e respectivos familiares, junto da Câmara Municipal, nos termos previstos no n.º 2 do art.º 29.º da Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto, conforme estipula o n.º 1 do art.º 4.º da referida Portaria n.º 1.334-D/2010, isto é, o produto das taxas reverte em 50% para o município e em 50% para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF);*

----- d) *As taxas fixadas pela Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada no dia 30 de Abril de 2007, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião ordinária do dia 7 de Março de 2007, ao abrigo do art.º 3.º, com a repartição prevista no art.º 4.º, da agora revogada portaria n.º 1.637/2006, entraram em vigor em 4 de Maio de 2007, conforme Edital afixado;*

----- e) O art.º 3.º da Portaria n.º 1.334-D/2010, de 31 de Dezembro, vem agora fixar, para os procedimentos de emissão dos certificados de registo que tenham sido requeridos após a sua entrada em vigor, em € 15,00 a taxa de emissão do certificado de registo de cidadão da união europeia e em € 10,00 a taxa de emissão de 2.ª via do certificado por extravio, roubo ou deterioração, dispondo o n.º 3 do art.º 4.º da mesma Portaria que, para cobertura de despesas administrativas municipais pode ser deduzido o valor de 2,5% ao montante que reverte para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF);

----- f) Por sua vez, o art.º 5.º ainda daquela Portaria, vem definir que, na primeira emissão do certificado de registo de cidadãos da união europeia menores de 6 anos, a taxa aplicável é reduzida em 50%;

----- g) Por último, o n.º 2 do art.º 4.º da mesma Portaria, vem regular que o montante a cobrar pela componente municipal do serviço prestado é fixado, de acordo com a legislação aplicável às autarquias locais, pelos órgãos competentes em matéria de fixação de taxas municipais, não podendo exceder o valor correspondente a 50% do valor previsto no n.º 2 do art.º 29.º da Lei n.º 37/2006;

----- Assim, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 4.º da Portaria n.º 1.334-D/2010, de 31 de Dezembro, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere, ao abrigo da alínea a), do n.º 6, do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para submissão à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal em conformidade com a alínea e), do n.º 2, do art.º 53.º, do mesmo diploma, conjugada com o n.º 1 do art.º 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, o seguinte:

----- 1.º) Nos termos previstos no n.º 2 do art.º 29.º da Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto, fixar em 50% a percentagem que reverterá para a Câmara Municipal incidente sobre o valor das taxas fixadas no art.º 3.º da Portaria n.º 1.334-D/2010, de 31 de Dezembro, para a emissão de certificado de registo de cidadão da união europeia ou sua substituição por extravio, roubo ou deterioração, bem como deduzir o valor de 2,5 % no montante que reverte para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, para cobertura de despesas administrativas municipais.

----- 2.º) Em conformidade com o número anterior, aprovar as seguintes taxas municipais, com a consequente alteração dos artigos 64.º e 65.º do Capítulo III (Registo de Cidadãos da União Europeia) do Anexo I (Tabela de Taxas não Urbanísticas) do Regulamento Municipal e Tabela de Taxas em vigor, aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de Dezembro de 2010:

**Certificado de Registo**



Acta N.º <b>06/2011</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

*Taxa fixada em € 15,00 pelo n.º 1 do art.º 3.º da Portaria n.º 1.334-D/2010, de 31 de Dezembro, revertendo para a Câmara Municipal as seguintes taxas:*

----- 1) Pela emissão do certificado de registo ----- € 7,50;

----- 2) *Despesas administrativas* ----- €0,19.

## ***2.ª Via do Certificado de Registo***

*Taxa fixada em € 10,00 pelo n.º 2 do art.º 3.º da Portaria n.º 1.334-D/2010, de 31 de Dezembro, revertendo para a Câmara Municipal as seguintes taxas:*

----- 3) Pela emissão de 2.ª via (por extravio, roubo ou deterioração) ----- € 5,00;

----- 4) Despesas administrativas----- €0,13.

----- *Nota: pela primeira emissão do certificado de registo de cidadão da união europeia a menores de 6 (seis) anos, a taxa aplicável referida no n.º 1) é reduzida em 50%.*

----- 3.º) *Que as referidas taxas, em conformidade com o n.º 4 do art.º 55.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, entrarão em vigor no prazo de 15 dias após a data de publicação na 2.ª Série do Diário da República de aviso de alteração dos artigos 64.º e 65.º do Capítulo III do Anexo I do Regulamento Municipal e Tabela de Taxas em vigor aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010.*”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente, a submeter a apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

## APROVAÇÃO EM MINUTA

----- A presente acta foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

## ENCERRAMENTO

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e quarenta e cinco minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----